



Número: **0601230-56.2024.6.26.0001**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador: **001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO SP**

Última distribuição : **27/10/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Abuso - De Poder Político/Autoridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
GUILHERME BOULOS registrado(a) civilmente como GUILHERME CASTRO BOULOS (REPRESENTANTE)	FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO registrado(a) civilmente como FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (ADVOGADO)
Coligação Amor Por São Paulo (Federação PSOL/Rede, Federação Brasil da Esperança/ PDT/PMB (REPRESENTANTE)	FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO registrado(a) civilmente como FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (ADVOGADO)
RICARDO NUNES registrado(a) civilmente como RICARDO LUIS REIS NUNES (REPRESENTADO)	
RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO DE MELLO ARAUJO (REPRESENTADO)	
TARCISIO GOMES DE FREITAS (REPRESENTADO)	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
130004510	27/10/2024 14:44	Petição Inicial	Petição Inicial
130004511	27/10/2024 14:44	20241027 - Inicial AIJE	Petição Inicial Anexa
130021862	27/10/2024 14:44	Procuração Coligação Amor por São Paulo - Assinada	Procuração
130021863	27/10/2024 14:44	Procuração assinada - Guilherme Boulos	Procuração
130021864	27/10/2024 14:44	WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.14.11	Documentos anexos a inicial
130021865	27/10/2024 14:44	WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.24.03	Documentos anexos a inicial

Em anexo, inicial e documentos.



Este documento foi gerado pelo usuário 288.***-20 em 27/10/2024 14:45:10

Número do documento: 24102714443016600000122568579

<https://pje1g-sp.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24102714443016600000122568579>

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO - 27/10/2024 14:44:31

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO –
ANTÔNIO MARIA PATIÑO ZORZ**

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

GUILHERME CASTRO BOULOS, brasileiro, casado, deputado federal, portador da cédula de identidade RG nº 33.392.212-8, inscrito no CPF/MF sob nº 227.329.968-07, candidato prefeito do município de São Paulo e a **COLIGAÇÃO AMOR POR SÃO PAULO (FEDERAÇÃO PSOL REDE/ FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA /PDT)**, por seus advogados (procuração anexa), vêm à presença de V. Exa., com fundamento no artigo 22 da LC 64/90, ajuizar a presente **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL** contra **RICARDO LUIS REIS NUNES**, brasileiro, casado, prefeito da cidade de São Paulo e candidato à reeleição, RG nº 19.745.598-0 SSP/SP, CPF nº 088.930.258-84, com endereço profissional no Viaduto do Chá, 15, 5º andar, São Paulo/SP, Cep 01002-020, **RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO DE MELLO ARAUJO**, brasileiro, casado, candidato a Vice-Prefeito, CPF nº 113.035.098-30, com endereço na Avenida Ibirapuera, 2033, conjuntos 101 e 104, Indianópolis, São Paulo/SP, Cep 04029-901, e **TARCÍSIO GOMES DE FREITAS**, Governador do Estado, CPF nº 180.777.838-05, com endereço no Palácio dos Bandeirantes, Av. Morumbi, nº 4500, São Paulo, SP, 05650-905, pelos fatos e razões de direito a seguir.

1. OBJETO DA PRESENTE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

A presente demanda tem por objeto o **abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação social** em razão das irresponsáveis declarações prestadas pelo Governador do Estado, TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, ao lado dos réus RICARDO LUIS NUNES e RICARDO AUGUSTO NASCIMENTO DE MELLO ARAUJO, pouco após as 12h de hoje, **durante o horário de votação**.

Em entrevista coletiva, no Colégio Miguel de Cervantes, logo após votar, o Governador do Estado, afirmou ter havido um “Salve” do PCC orientando o voto no candidato representante, Guilherme Boulos.

Alameda Franca, 1050, sala 94, 01422-002, São Paulo, SP, Tel: + 55 11 3060 5050, almeidapradoadv.com.br



De acordo com o Governador tais informações teriam vindo de “**uma ação de inteligência**”, onde teria havido “essa interceptação”. Em outras palavras, Tarcísio Gomes de Freitas afirmou que recebeu esta informação **oficialmente, como Governador do Estado**, usando o cargo para dar credibilidade ao relato, no dia das eleições, enquanto abertas as urnas.

2. OS FATOS

Independentemente de qualquer outra consideração, a declaração dada por Tarcísio Gomes de Freitas, como Governador do Estado que teria recebido informações de uma “ação de inteligência”, ao lado dos candidatos Ricardo Nunes e Ricardo Mello Araújo, no dia da eleição, durante horário de votação, configura evidente abuso de poder político, além do uso indevidos dos meios de comunicação.

Trata-se de **gravíssima tentativa de influenciar no resultado do pleito**, no dia da eleição, de uma forma jamais vista no Estado de São Paulo.

O fato está sendo amplamente noticiado pela imprensa:

ELEIÇÕES SP

Tarcísio diz sem apresentar provas que PCC orientou voto em Boulos, que reage: 'Quer vergonha'

Declaração foi dada a jornalistas no colégio Miguel Cervantes, na zona sul, local de votação do governador

F DÊ UM CONTEÚDO



1

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/tarcisio-diz-que-pcc-orientou-voto-em-boulos-fizemos-um-trabalho-grande-de-inteligencia.shtml>



O vídeo que acompanha a matéria mostra a presença dos três réus durante a coletiva:



Tira-se, do corpo da citada matéria do Jornal Folha de São Paulo, que:

Victória Cócolo

SÃO PAULO Sem apresentar provas, o governador [Tarcísio de Freitas](#) ([Republicanos](#)) afirmou neste domingo (27) que integrantes do [PCC](#) ([Primeiro Comando da Capital](#)) orientaram familiares e apoiadores a votarem em [Guilherme Boulos](#) ([PSOL](#)) para prefeito em [São Paulo](#).

A declaração foi dada a jornalistas no colégio Miguel Cervantes, na zona sul, local de votação do governador. Ele estava ao lado de Ricardo Nunes (MDB), prefeito, candidato à reeleição e seu aliado.

Logo em seguida, Boulos reagiu à declaração do governador bolsonarista: "Quer vergonha, né. Nada mais a dizer, é o candidato que ele apoia [Ricardo Nunes] que botou o PCC na Prefeitura de SP". A resposta do candidato do PSOL faz referência às investigações sobre atuação da facção no sistema de ônibus.



A utilização do cargo de Governador do Estado com a finalidade de interferir no resultado da eleição, no dia da votação, é evidente. A finalidade eleitoral fica clara pela escolha do momento para divulgação da coletiva, durante o horário da votação, com a presença dos candidatos abertamente apoiados pelo atual governador, todos com adesivo de propaganda dos candidatos representados em suas camisas.



Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) concede entrevista após votar no segundo turno das eleições municipais no colégio Miguel de Cervantes acompanhado do prefeito e candidato Ricardo Nunes (MDB) - Bruno Santos/Folhapress

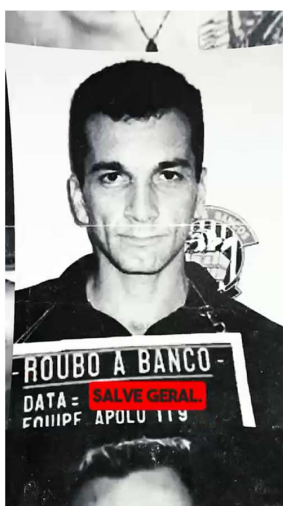
Nem se diga que o Governador falou como cidadão, fora do exercício de suas funções, pois em seu discurso ele faz expressa referência a dados de inteligência a que só poderia ter acesso como Governador do Estado. O uso da máquina e o abuso do poder político são incontestes.

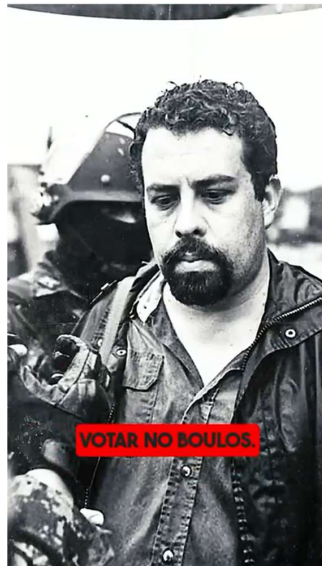
A suposta orientação emanada do PCC, caso tenha efetivamente sido objeto de alguma ação de inteligência policial, pode e deve ser apurada, com identificação e oitiva dos responsáveis se for o caso.



A declaração do Governador do Estado, durante o período de votação, ao lado dos candidatos por ele apoiados, configura um abuso sem precedentes.

E o fato já está sendo explorado de maneira criminoso por apoiadores dos candidatos réus, que estão fazendo circular pelo Whatsapp um vídeo nos seguintes termos:





Tem-se, portanto, uma ação coordenada entre o Governador do Estado e os demais réus, juntamente com sua campanha, para difundir essas acusações, de forma abusiva e criminoso, durante o horário de votação.

O discurso feito pelo Governador do Estado teve o seguinte teor:

Alameda Franca, 1050, sala 94, 01422-002, São Paulo, SP, Tel: + 55 11 3060 5050, almeidapradoadv.com.br



Governador do Estado: ...episódios de violência lamentáveis, como o que acometeu aí o candidato a prefeito de Taboão, e que a gente vai apurar, vai esclarecer, já identificamos as pessoas e vamos agir com a firmeza necessária, sem transigir com a ordem.

Repórter: Que que aconteceu aqui na capital, que o senhor citou?
Em relação ao PCC

Governador do Estado: Teve o salve, teve o salve... **Houve interceptação de conversas e de orientações que eram emanadas de presídios, por parte de uma facção criminosa, orientando pessoas em determinadas áreas a votar em determinados candidatos. Houve essa ação de inteligência, houve essa interceptação,** agora isso não vai ter influência nenhuma na eleição.

Repórter: Mas qual era o candidato, que eles estavam orientando a votar?

Governador do Estado: ãh?

Qual era o candidato em que eles orientavam a votar em São Paulo?

Governador do Estado: Boulos

A finalidade eleitoral é clara e o abuso evidente!

3. DO DIREITO

Nos termos do artigo 22 da LC 64/90:

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do **poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social**, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:



No caso dos autos o Governador usou de seu posto, das prerrogativas de sua função e de sua autoridade para, em coletiva de imprensa, difundir na imprensa acusações prejudiciais à campanha dos peticionários durante o horário de votação, enquanto abertas as urnas. O abuso é evidente!

A respeito do abuso de poder político, vale citar a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL. BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. COMEMORAÇÃO OFICIAL. DESVIO DE FINALIDADE ELEITOREIRO. BENS, RECURSOS E PRERROGATIVAS PÚBLICAS. USO EM FAVOR DE CANDIDATURA. APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA. GRAVIDADE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE. CHAPA NÃO ELEITA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INELEGIBILIDADE.

[...]

38. Em julgado atinente às Eleições 2022, assinalou-se que o **reconhecimento do desvio de finalidade eleitoreiro de bens, serviços e prerrogativas da Presidência da República, para fins de configuração do abuso de poder político, não depende da comprovação de emprego de recursos patrimoniais elevados. A exploração eleitoral de símbolos do Poder Público afeta bens impassíveis de serem estimados financeiramente e transmite sentidos perceptíveis pelo eleitorado que podem redundar em quebra de isonomia** (AIJE nº 0600814-85, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 01/08/2023).

39. O abuso de poder econômico configura-se com a utilização de recursos financeiros com o intuito de conferir vantagem indevida a determinada candidatura. O poder econômico, ao contrário do poder político em sentido estrito, mostra-se difuso e disperso na sociedade. Isso aumenta as variáveis objetivas e subjetivas para a configuração do abuso de poder econômico.

(Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº060098627, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 20/03/2024.) (g.n.)



A conduta atrai as penalidades previstas no artigo 22, incisos XIV da LC 64/90:

XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de **inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição** em que se verificou, além da **cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação**, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;

Protesta, ainda, pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, notadamente a requisição de informações que possam se demonstrar pertinentes no curso da instrução processual e a prova testemunhal das testemunhas listadas no rol, sem prejuízo de outras que se mostrarem relevantes durante a instrução processual.

4. PEDIDOS

Ante o exposto, protestando pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito, requerem os autores:

- i. Intimação dos representados para apresentação de defesa;
- ii. Intimação do Ministério Público Eleitoral;
- iii. ao final, reconhecendo-se o abuso de poder político e o abuso no uso dos meios de comunicação, sejam aplicadas as sanções previstas no artigo 22, XIV da LC 64/90.

Termos em que,
pedem Deferimento.
São Paulo, 27 de outubro de 2024.

FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO
OAB/SP 184.098



ALMEIDA
PRADO
ADVOGADOS

MANDATO JUDICIAL

Pelo presente instrumento particular de mandato, **COLIGAÇÃO AMOR POR SÃO PAULO**, composta pela FEDERAÇÃO PSOL/REDE, pela FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA (PT/PC DO B/PV) e pelo PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, processo de registro nº 600181-77.2024.6.26.0001, aqui legalmente representado por seu Presidente, **JOSUÉ AUGUSTO DO AMARAL ROCHA**, inscrito no CPF/MF nº 131.105.247-08, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **FRANCISCO OCTAVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO**, inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 184.098, **DANILO TRINDADE DE MORAIS**, inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 469.241, **GABRIELA VILELA BUZZO**, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 469.441 e a bacharel em direito **LAIS RODRIGUES MIGLIORINI**, portadora do documento de identidade RG nº 57.671.615-7 e registrada no CPF/ME sob nº 471.545.678-80, todos da sociedade **ALMEIDA PRADO ADVOGADOS** (CNPJ 34.861.233/0001-09), com escritório em São Paulo, SP, na Alameda Franca, 1050, sala 94, aos quais confere os mais amplos poderes *ad judicium*, para representá-la perante a Justiça Eleitoral, podendo os advogados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, desistir de prazos, substabelecer e praticar todos demais os atos necessários ao desempenho da representação.

São Paulo, 4 de agosto de 2024.

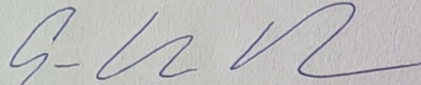

JOSUÉ AUGUSTO DO AMARAL ROCHA



MANDATO JUDICIAL

Pelo presente instrumento particular de mandato, **GUILHERME CASTRO BOULOS**, portador do documento de identidade RG nº 33.392.212-8, cadastrado no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 227.329.968-07, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **Francisco Octavio De Almeida Prado Filho**, inscrito na OAB/SP sob o nº 184.098, **Danilo Trindade de Moraes**, inscrito na OAB/SP sob nº 469.241, **Gabriela Vilela Buzo**, inscrita na OAB/SP sob nº 469.441 e a estagiária de direito **Lais Rodrigues Migliorini**, portadora do documento de identidade RG 57.671.615-7 e registrada no CPF/ME sob nº 471.545.678-80, todos da sociedade **ALMEIDA PRADO ADVOGADOS** (CNPJ 34.861.233/0001-09), com escritório em São Paulo, SP, na Alameda Franca, 1050, sala 94, aos quais confere os mais amplos poderes *ad judicium*, com o fim especial de representá-lo perante a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral, podendo os advogados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, desistir de prazos, substabelecer e praticar todos demais os atos necessários ao desempenho de seu mandato.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.



GUILHERME CASTRO BOULOS



27/10/2024 14:41

WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.14.11

Tipo de documento: Documentos anexos a inicial

Descrição do documento: WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.14.11

Id: 130021864

Data da assinatura: 27/10/2024

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

27/10/2024 14:41

WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.24.03

Tipo de documento: Documentos anexos a inicial

Descrição do documento: WhatsApp Video 2024-10-27 at 13.24.03

Id: 130021865

Data da assinatura: 27/10/2024

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.